



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA MULHERES: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM IGUATU (CE) 1955 - 1970

Maria Luciene Ferreira Lima

Universidade Federal da Paraíba – m.luciene2011@gmail.com

Silvelena Alves de Araújo Oliveira

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará – pedagogasilvelena@gmail.com

Ana Ioneide de Souza Bandeira Pereira

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - anaioneidebandeira@gmail.com

Santana Neta Lopes

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - santananeta@yahoo.com.br

Resumo: Esta é uma pesquisa biográfica em fase inicial, construída a partir da trajetória educacional de uma figura feminina, com o objetivo de registrar o percurso das primeiras experiências voltadas para a oferta de cursos que tinham como foco a preparação de mulheres para exercerem suas funções no lar e na família. Nessa perspectiva, abordaremos o percurso dos dois primeiros cursos implantados no município de Iguatu, estado do Ceará, que teve como orientadora uma mulher, a Senhora Elze Alves Lima Verde que administrou a escola entre os anos de 1955 até o ano de 1983. Nesse contexto, almejamos trazer a voz de mais uma educadora nordestina, cearense, que se somarão a outras vozes, através da memória das práticas pedagógicas da referida educadora, fundadora do Colégio Magistério de Economia Doméstica Rural no município do Iguatu-CE, na época subordinado ao Ministério da Agricultura, atualmente reconhecido como Instituto Federal do Ceará, integrado ao Campus de Fortaleza e Crato pela Lei 11.892/2008 que durante muitos anos funcionou como Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-CE. A relevância de trazer à tona esta parte da história da educação de Iguatu, que foi protagonizada por uma mulher, que conseguiu em pleno Regime Militar avançar no seu tempo, implantar e dirigir por 28 anos uma escola voltada para a educação de mulheres, mas que ainda encontra-se adormecida entre tantas cartas e outros documentos se dá justamente, pelo fato de poder a partir do sujeito individual adentrar em suas práticas sociais e poder descortinar mais um cenário da educação brasileira.

Palavras chaves: Educação Profissional, biografia, memórias, mulheres.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL PARA MULHERES: PRÁTICAS EDUCATIVAS EM IGUATU (CE) 1955 - 1970

INTRODUÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre a história da educação no Brasil, percebemos uma presença maciça das mulheres nessa construção. Silêncios em volta da figura feminina nos espaços socioculturais ainda se fazem presentes, mesmo diante dos avanços nos estudos e pesquisas sobre a historiografia da educação brasileira que revelam a mulher no cerne do desenvolvimento educacional. Analisando a historiografia educacional brasileira, percebemos em cada espaço geográfico que compõe a imensa diversidade de nosso país que existe o empreendedorismo da mulher contribuindo de forma significativa na educação nos mais diversos e emblemáticos contextos.

Esta é uma pesquisa biográfica em fase inicial, construída a partir da trajetória educacional de uma figura feminina, com o objetivo de registrar o percurso das primeiras experiências voltadas para a oferta de cursos que tinham como foco a preparação de mulheres para exercerem suas funções no lar, na família e na sociedade. Nessa perspectiva, abordaremos o percurso dos dois primeiros cursos implantados no município de Iguatu, estado do Ceará, que teve como orientadora uma mulher, a Senhora Elze Alves Lima Verde Montenegro e que administrou a escola entre os anos de 1955 e 1983. Como bem afirma Nunes (2014, p.217),

Ao trazer estas mulheres para o foco da cena investigativa, possibilitamos tirá-las do esquecimento, expor suas práticas como sujeitos singulares, mas imersas nas configurações de um tempo e de um espaço social, atravessada por interesses, por um ofício em comum: a educação.

Nesse contexto, almejamos trazer a voz de mais uma educadora nordestina, cearense, que se somarão a outras vozes, através da memória das práticas pedagógicas da referida educadora, fundadora do Colégio Magistério de Economia Doméstica Rural no município do Iguatu-CE, na época subordinado ao Ministério da Agricultura, atualmente reconhecido como Instituto Federal do Ceará, integrado ao Campus de Fortaleza e Crato pela Lei 11.892/2008 que durante muitos anos funcionou como Escola Agrotécnica Federal de Iguatu-CE, tais denominações foram alterando-se conforme a expansão desse núcleo, de extrema relevância na formação educacional e profissional de inúmeros cidadãos cearenses, bem como, oriundos de outras regiões do Ceará.



Certa vez em entrevista concedida a um jornal da cidade, quando indagada sobre ter optado pela educação como forma de atuar na realidade do município, ela respondeu categoricamente: *Não foi bem uma opção e sim uma aceitação. Aliás, não sei se é porque, embora com todos os afazeres tomando o meu tempo, sempre consigo meditar e nestas meditações concluo que pouco agimos por opção e sim por aceitação*”. E continuou acrescentando que, esta aceitação era devido ao fato dela ser a única pessoa em Iguatu que possuía o certificado do Curso Técnico de Economia Doméstica e que mesmo diante dos desafios que certamente iria enfrentar sentiu-se na responsabilidade de não se omitir e o município vir perder a oportunidade de poder contar com um curso de tanto valor para a região. E finalizou sua resposta afirmando que abraçou a causa com amor, prova disso é que permaneceu como responsável pela gestão da escola por 28 anos.

Por estas e outras experiências, temos consciência de que as mulheres contribuíram e muito para o desenvolvimento do país em diversas áreas, porém como a sua participação se deu por um longo tempo apenas dentro do sistema econômico familiar, considerado a parte do processo de produção e desenvolvimento econômico do país, esta contribuição nunca foi considerada como um fato oficial. É tanto, que até hoje, quando a mulher cuida apenas dos afazeres domésticos, fala-se que esta não trabalha.

Assim, antes de andentrarmos em suas práticas, cabe aqui tecermos um pequeno histórico das Ciências Domésticas, que surge no Brasil em 1909, originado dos EUA e como consequência da revolução industrial que impulsionou de certa forma a mudança das famílias da zona rural para a zona urbana em busca de trabalho nas fábricas. A economia doméstica voltada para a formação de donas de casa segundo (Foster, 1981) visava o aprimoramento de três tipos das vertentes profissionais nessa área. De início havia o trabalho para as atividades elementares como o cuidado com a casa, a fabricação dos trabalhos manuais, de pintura, corte e costura, a preparação e venda de alimentos, seguido da preparação para ser dona de casa, e, por fim, seria influenciar a estudante a continuar sua educação nessa área do conhecimento. Nesse sentido, foi sendo criados cursos de extensão e cursos técnicos em algumas escolas rurais, até se tornar oficial, em 1942, através da Lei Orgânica do Ensino Secundário ao introduzir a economia doméstica nos currículos de formação feminina de todas as séries.

PRIMEIROS PASSOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM IGUATU – CE



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No município de Iguatu, estado do Ceará, essa trajetória inicia com a implantação do Curso de Extensão em Economia Rural Doméstica, primeiro curso de educação profissional para mulheres, instituído através da Portaria nº 299 de 23 de março de 1955, do Ministério da Agricultura. O referido curso desenvolveu suas atividades até o ano de 1970

Subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário – SEAV, do Ministério da Agricultura, o curso tinha a duração máxima de um ano e se destinava às senhoras do ambiente rural que desejassem se aperfeiçoar nas artes domésticas visando melhorar o nível da administração familiar. As alunas tinham aulas de trabalhos manuais aprendendo corte e costura, bordado, pintura, crochê, tricô, etc; de arte culinária e indústrias rurais caseiras; atividades agrícolas de horta, jardim e criação de pequenos animais domésticos; higiene, dietética, enfermagem e puericultura, conforme podemos constatar no texto da Portaria N.º 85, de 19 de abril de 1955, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, publicada no Diário Oficial da União em 05 de maio do mesmo ano, que designava os servidores para desenvolver as atividades do curso, Conforme descrito abaixo.

O Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário, designa para o Curso de Extensão de Economia Rural Doméstica, de Iguatu - Estado do Ceará e de acordo com a Tabela Numérica aprovada pelo Senhor Ministro e publicada no Diário Oficial de 14 de abril de 1955 os seguintes servidores: 1 - Elze Alves Montenegro, para exercer a função de Orientadora do Curso, com o salário mensal de Cr\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos cruzeiros); 2 - Rubeni Duarte Ferreira, professor de Trabalhos Manuais, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); 3 - Durval Mendonça, professor de Higiene, Dietética, Enfermagem e Puericultura, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); 4 - Oscar Salvino Macedo, professor encarregado das atividades agrícolas, com a gratificação mensal de Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros); 5 - Ivonete Araújo Nogueira, professor de Indústrias Rurais Caseiras e Arte Culinária com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); 6 - Raimunda Gomes Costa, para a função de Bibliotecário, com o salário mensal de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros); 7 - Mirian Moreno Cavalcante, para exercer a função de Auxiliar Administrativo, com o salário mensal de Cr\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos cruzeiros); 8 - Elvira Gomes. Santos e José Humberto Cortês, para a função de Servente com o salário mensal cada de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) (DOU, 05/05/1955, Seção 1, p.39)

Como podemos observar na portaria, no primeiro ano de funcionamento do curso foram nomeados além da orientadora e dos professores, uma bibliotecária, uma Auxiliar para os serviços administrativos e dois serventes. Até o ano de 1970, último ano de funcionamento do Curso de Extensão, os servidores eram reconduzidos anualmente através de portaria publicada no Diário Oficial da União.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Após a publicação da Portaria N.º 85, de 19 de abril de 1955 a professora Elze, como era conhecida entre os amigos, recebeu da senhora Aracy Duarte, uma técnica cearense, que na época trabalhava no Ministério da Agricultura, uma carta contendo as orientações iniciais para o início do curso, informando sobre as disciplinas a serem ofertadas e o número recomendado de alunas a serem matriculadas. Abaixo alguns trechos da carta ilustram tais orientações:

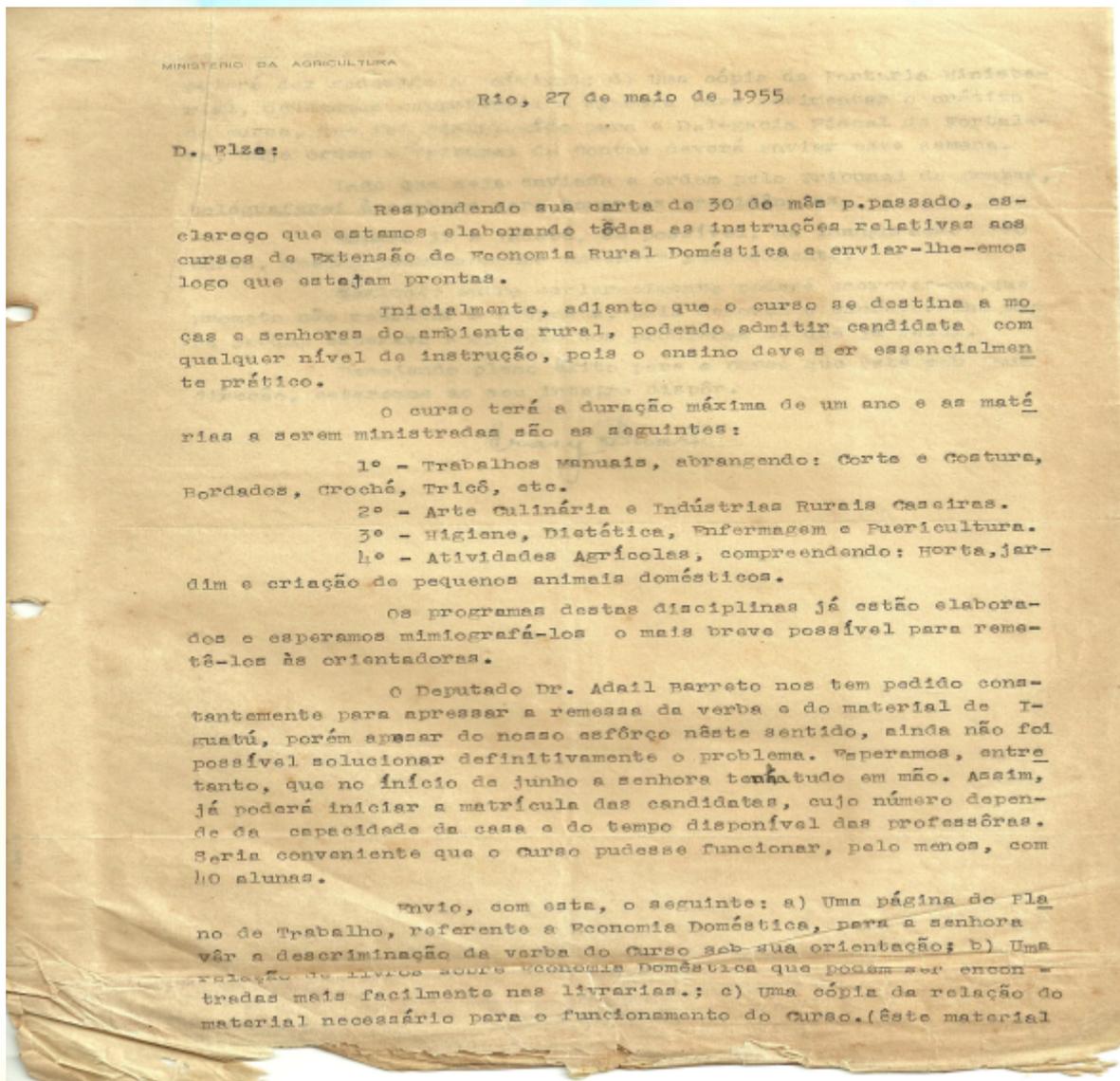


Figura 1: Carta enviada por uma técnica do Ministério da Agricultura a professora Elze Alves Lima Verde Montenegro (Folha 1)
Fonte: Acervo particular de Elze Alves Lima Verde Montenegro

A partir desta Carta, e de várias outras que nos foram disponibilizadas pelos filhos da educadora Elze Alves Lima Verde Montenegro, é

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



possível inferir que suas articulações políticas foram determinantes para o exercício da influência que teve na constituição e consolidação do Colégio Magistério de Economia Doméstica Rural no município do Iguatú-CE, como podemos constatar em um trecho da primeira folha da carta datada de 27 de maio de 1955, (figura 1). Foi a partir de suas relações que ela pode fortalecer a sua capacidade de mobilizar seu interesse em defesa das causas coletivas. Conforme aponta Certeau (2015), trilhar uma operação historiográfica significa compreender que:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (CERTEAU,2015, p.47)

Desse modo, essa correlação entre o lugar social e as condições históricas em que essas fontes foram produzidas, é, segundo Certeua (2015), fundamental para a operação historiográfica no diálogo com as fontes, uma vez que, é preciso enveredar pelo cenário social de sua época, buscando articular essa memória com seu lugar social de produção.

Destacamos aqui a importância das fontes disponibilizadas para esta pesquisa como fundamentais para a busca de novas pistas, indagações e a indicação de novos caminhos nesse caminhar.

NOVAS PERSPECTIVAS E NOVOS DESAFIOS

Em maio de 1962, é instituído o Curso Técnico de Magistério de Economia Doméstica, através da Portaria Nº 264, do Ministério da Agricultura que funcionaria na Escola de Magistério de Economia Doméstica, ficando o Curso de Extensão anexo a esta. De acordo com o histórico da escola funcionaram também nesse período o Curso Ginásial de Economia Doméstica e o Curso Ginásial Agrícola, implantados em março de 1967 e extintos em dezembro de 1971.

Conforme a professora Elze previu, muitas foram as dificuldades enfrentadas, desde as financeiras, políticas e partidárias, até as técnicas com a troca de coordenadores nacionais que não simpatizavam com os curso de economia doméstica que eram ofertados pelo país a fora.

Mesmo assim ela não se intimidou e se empenhou em



tentar desenvolver bem a sua responsabilidade, é tanto que em 1966 vai aos EUA para fazer um curso de aperfeiçoamento em Economia Doméstica na Universidade de Purdua com o objetivo de desenvolver melhor as suas funções.

Em um discurso seu proferido por ocasião da comemoração dos cinquenta anos da escola, em cuja solenidade ela fora homenageada, ela relata que enfrentaram várias pressões de pessoas que em oposição ao Dr Adail Barreto, deputado federal na época e muito amigo da professora, com o qual ela contava com a ajuda para dar andamento aos cursos, estas pessoas propagavam que *“ninguém deveria matricular suas filhas na Escola, pois as mesmas seriam prejudicadas por falta de equivalência do Curso aos demais cursos de 2º grau”*. Ela relata ainda que com a cassação do deputado Dr Adahil Barreto em 1964 ela teve que parar de se comunicar com ele por um bom período, porque as cartas poderiam correr o risco de serem censuradas pelas regras do Regime Militar.

Cabe salientar, portanto, que a implantação de tais cursos estava articulado a nível nacional com as reformas educacionais vigentes no país. Na Lei Orgânica do Ensino Agrícola disposto pelo Decreto Lei 9.613 de 20 de agosto de 1946 o Título V, era dedicado a explicar como deveria ser o agrícola feminino que recomendava o que se segue:

Art. 52. No ensino agrícola feminino serão observadas as seguintes prescrições especiais:

1. E' recomendável que os cursos do ensino agrícola para mulheres sejam dados em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. As mulheres não se permitirá, nos estabelecimentos do ensino agrícola, trabalho que, sob o ponto de vista de saúde, não lhes seja adequado.
3. Na execução dos programas, em todos os cursos, ter-se-á em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher na vida do lar.
4. Nos dois cursos de formação do primeiro ciclo, incluir-se-á o ensino de economia rural doméstica.
5. Além dos cursos de e continuação para mulheres que trabalhem na agricultura e destinados a dar-lhes sumário ensino de um ofício agrícola, ministrarão os estabelecimentos de ensino agrícola a mulheres que trabalharem nas lides do lar cursos de continuação de economia rural doméstica para ensino rápido e prático dos comuns misteres da vida doméstica rural.



Ainda de acordo com a referida Lei Orgânica, na estrutura dos cursos técnicos deveria ser oferecidas disciplinas de cultura geral e de cultura técnica, sendo a disciplina de Educação Física obrigatória até os 21 anos de idade e a de Canto Orfeônico obrigatória até os 18 anos.

A Lei Orgânica previa também a expedição de um regulamento dos currículos do ensino agrícola uma orientação curricular sob a responsabilidade do Presidente da República conforme especificado em seu artigo 74.

Art. 74. O Presidente da República expedirá o regulamento dos currículos do ensino agrícola. Nesse regulamento especial se fará a discriminação e a seriação das disciplinas substitutivas dos cursos de formação do ensino agrícola e se disporá sobre a organização dos programas de ensino para essas disciplinas e para as práticas educativas.

Quanto as metodologias aplicadas nos cursos pesquisados, os documentos analisados não explicita categoricamente como se davam as práticas educativas, mas fica claro em alguns trechos de cartas trocadas entre a professora Elze Alves Lima Verde Montenegro e a funcionária do Ministério da Agricultura, a senhora Aracy Duarte, que os projetos e os programas dos cursos eram feitos pelos próprios técnicos do Ministério da Agricultura e já vinham prontos para serem executados.

O que podemos perceber é que o Técnico em Economia Doméstica, ao terminar o curso, deveria estar apto a orientar a família e a comunidade a buscar condições de melhorar o seu padrão de vida ensinando-os a planejar e utilizar melhor os seus recursos.

No teor de suas cartas conseguimos detectar também, que mesmo vivendo em uma época de controle e repressão ela buscava através de suas relações sociais e políticas conseguir recursos para a construção de prédio para a continuidade e um melhor funcionamento dos cursos, conforme podemos comprovar na carta abaixo enviada pelo deputado federal Adahil Barreto



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O



Câmara dos Deputados

Rio, 18 de Setembro de 1961.

Elze:

Saúde

1 - O Banco do Brasil (Agência de Iguatú) está sendo autorizado a pagar ao Curso de Extensão a quantia de Cr\$ 1.000,00 (hum milhão).

Trata-se de um auxílio que dias antes do Janio renunciar eu havia conseguido para a construção do prédio próprio. Na pasta que Vo. deve ter aberto com o título "Construção do prédio" ante o auxílio para efeito de prestação de contas futura. Deixe o dinheiro depositado alguns dias, até que se possa resolver o caso da planta, assunto que eu pretendia resolver em Fortaleza quando estive ultimamente ali, mas que não pude, pois tive que voltar às pressas em face da renúncia do Janio.

Assim, o jeito é Vo. esperar ~~um pouco~~ um pouco, até que eu possa ver a planta e mandar à sua concordância.

2 - Não sei se Vo. já recebeu na Delegacia Fiscal a ordem de pagamento de Cr\$ 42.000,00, referente à subvenção ordinária de 1961, da Sociedade Feminina.

E o auxílio especial de 200.000,00 da Sociedade, de que trata a minha carta anterior, recebeu pelo B.B. ?

Reclamei no Seav as providências aludidas na sua carta. Toda a administração federal quando ~~começava a~~ começava a ajeitar-se deu outra marcha-ré tremenda com a intempestiva renúncia do Janio. Tudo parou. Agora, é começar tudo de novo, inclusive, com novos administradores. É o diabo.

3 - Vou passar uns dias fora do Brasil. Mas, devo estar de volta dentro de 20 dias. Ganhei a viagem em virtude de ter apresentado tese. Vou representando a Camara num Congresso inter-parlamentar em Bruxelas.

Recomende-me à sua mãe e
abraçe o amigo de sempre

Montenegro:

A renúncia do Janio foi um fato que deixou todos atônitos e revoltados. Não houve motivo ponderável para o homem renunciar a chefia de um País, como se estivesse renunciando a Presidência da União Artística. Nunca se viu tanta insensibilidade, tanta frieza. Que que joga o País à guerra civil, da

Figura 2: Carta do Deputado Federal Adahil Barreto a Elze Alves Lima Verde Montenegro Folha 1

Fonte: Acervo particular de Elze Alves Lima Verde



Daí a relevância de trazer à tona esta parte da história da educação de Iguatu, que foi protagonizada por uma mulher, que conseguiu em pleno Regime Militar avançar no seu tempo, implantar e dirigir por 28 anos uma escola voltada para a educação de mulheres, mas que ainda encontra-se adormecida entre tantas cartas e outros documentos. Como diria (NUNES, 2014, p. 219).

O esquecimento ou o silêncio imposto sobre suas memórias pode ser decorrente do fato de terem ocupado suas vidas com uma atividade que, embora tenha nascido sob a égide masculina, feminizou-se de tal modo que passou a ser concebida como ser inerente a ser mulher. Ser professora passou a ser “tão natural” para a mulher quanto ser mãe, esposa e dona de casa, segundo modelo patriarcal, cujos princípios respingam ainda muito fortemente nos dias atuais.

Temos certeza que esta é uma história digna de ser contada. Como estamos ainda em fase inicial da pesquisa não sabemos ainda onde poderemos chegar, o certo é que temos um longo caminho a percorrer, muito que aprender e um valioso tesouro para descobrir. Como anuncia (NUNES, 2014), *“é nesse caminhar que nós pesquisadores vamos aprendendo a fazer pesquisa e a reconhecer que cada pesquisa é única, que precisamos ser criativos e competentes na busca de fontes e por modelos de interpretações das mesmas”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguir chegar até aqui e avançarmos no registro de mais uma história até então silenciada, evidencia a importância do pesquisador e da pesquisa biográfica como um dos caminhos para rever o passado a partir das memórias e documentos, analisar práticas individuais e refletir como tais práticas podem interferir e transformar os espaços coletivos.

Compreendemos, portanto, que este não é um trabalho dos mais fáceis, haja vista, que na maioria dos casos, a escassez de fontes oficiais que possam dar maiores subsídios e validar a pesquisa como um trabalho científico. Porém, percebi em minhas leituras por vários textos que este trabalho também é possível. E, por fim, corroborando com a linha de pensamento da professora Elze Alves Lima Verde Montenegro concluímos que, o trabalho do pesquisador deve ser aceitar os desafios a ele impostos.



REFERÊNCIAS

_____. **BRASIL. Portaria nº 299, de 05 de maio de 05-1955.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Seção 1, p.39.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

_____. **Decreto Lei Nº 9613, de 20 de agosto de 1964.** Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/De19613.htm >. Acesso em: 04 ago.2016.

FOSTER, Mary Louise. **Economia Doméstica no ensino secundário.** Viçosa, MG: 1981.

NUNES, M. L. S. **Pesquisas (auto) biográficas em Educação: contribuições à história das mulheres.** In: José Rogério Santana; José Gerardo Vaconcelos; Lia Machado Fiuza Fialho; Raimundo Elmo de Pádua Vasconcelos Júnior. (Org.). **Golpe de 1964: História, Geopolítica e Educação.** 1ed.Fortaleza: EdUECE, 2014, v. 1, p. 207-228.

Fontes Impressas

Carta: D. Elze. Rio, 27 de maio de 1955.

Carta: Elze: Saúde. Rio, 18 de setembro de 1961.

Jornal De Fato, Iguatu, novembro de 1984.